

## PERSPECTIVAS SOBRE A INCLUSÃO NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Mariana Farinha Lasmar<sup>1</sup>  
Flávia Barbosa da Silva Dutra<sup>2</sup>  
Wecisley Ribeiro do Espírito Santo

### RESUMO

Antes mesmo do conceito de inclusão nortear as bases da educação contemporânea, a história perpassou por outros paradigmas do entendimento social sobre a pessoa com deficiência: Exclusão, Segregação, Integração e, claro, o atual paradigma, a Inclusão, proposta desde a década de 1990. No Brasil, estas ideias ganham forças com ações afirmativas, leis e decretos, como, por exemplo, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), 9.394/96, e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) ou Estatuto da Pessoa com Deficiência, que estabelecem o direito destas pessoas não somente na educação, mas também em diversas outras áreas. A abordagem da pessoa com deficiência nos cursos de graduação em Educação Física, com disciplinas como “Educação Física Adaptada”, se deu pela publicação da Resolução nº 03/87, do Conselho Federal de Educação. Esta resolução prevê a atuação do professor com o público com deficiência e com necessidades educacionais específicas (NEE) (CIDADE; FREITAS, 2002). Assim, o objetivo geral desta pesquisa foi investigar como são realizadas as aulas de educação física para alunos com deficiência e/ou NEE. Bem como, os objetivos específicos foram: a) Aplicar um questionário estruturado para os professores de educação física (bacharel e licenciatura) acerca da temática inclusão; b) Identificar possíveis adaptações nas aulas de educação física para alunos com deficiência e/ou NEE; c) Descobrir se os professores de educação física conhecem os termos “adequações” e “adaptações”, referentes ao planejamento das aulas. Esta pesquisa de caráter qualitativo utilizou um questionário estruturado que foi aplicado para professores de Educação Física de todo o Brasil. A pesquisa teve a submissão de protocolo de pesquisa realizada junto ao Sistema CEP (Comitê de Ética em Pesquisa) do Hospital Universitário Pedro Ernesto da Instituição proponente UERJ, tendo como número de aprovação o CAAE 07673319.9.0000.5259. Obtivemos 30 respostas de professores formados em bacharel e/ou licenciatura e para a análise das respostas obtidas foi utilizado a análise de conteúdo de Bardin (BARDIN, 2016), seguindo o método de categorização

<sup>1</sup> <http://lattes.cnpq.br/4451786826607507> - marilasm1@gmail.com

<sup>2</sup> <http://lattes.cnpq.br/4017302246759291>

semântica, onde “classificar elementos em categorias impõe a investigação do que cada um deles tem em comum com outros. O que vai permitir o seu agrupamento é a parte comum existente entre eles.” (p. 148). Após analisar os temas predominantes nas respostas do questionário e condensar os temas similares, denominou-se as seguintes categorias: 1- para a pergunta sobre a motivação para adaptar as aulas, agrupamos as respostas em cinco categorias: “Inclusão”, “Desempenho”, “Empatia”, “Experiência” e “Motivação”. 2- Já para a pergunta sobre como se deu a adaptação, as respostas foram agrupadas em seis categorias: “Materiais e Atividades”, “Diálogo”, “Interação”, “Apoio”, “Pesquisa/Análise” e “Desafio”, e por fim, 3- para o conceito de “adaptação e adequação”, as respostas foram agrupadas em “Aproximação ao conceito”, “Distanciamento do conceito” e “Resposta incompleta”. Para cada categoria gerada, foram selecionadas falas dos professores para exemplificação das mesmas. Dos 30 entrevistados, 27 já tiveram contato com pessoas com deficiência e/ou necessidades educacionais específicas e três não tiveram nenhum contato. Dentre os 27, a motivação para adaptação das aulas mais citada foi a inclusão desses alunos e a adaptação delas se deu, pela maioria das respostas, por meio da modificação de materiais e atividades. Ao final do questionário os 30 participantes foram questionados quanto a diferença entre os termos “adequação” e “adaptação”, dos quais 11 se aproximaram ao conceito, 11 se distanciaram ao conceito e cinco tiveram respostas incompletas. Segundo Marchiori (2020), adaptação pode-se considerar como modificações que acontecem no decorrer da aula, ao observar durante a prática, as demandas individuais daquele aluno, ao passo que adequação é o planejamento da aula já contemplando as especificidades do aluno. Concluiu-se que, além da formação e um bom planejamento, é necessário que mais cursos sejam realizados por estes professores (formação continuada) e que é de extrema importância dar voz as pessoas com deficiência e/ou NEE durante as aulas de Educação Física para que os mesmos tenham visibilidade e protagonismo, destacando assim o lema da luta por justiça social das pessoas com deficiência: “Nada sobre nós, sem nós!”

## REFERÊNCIAS

- BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.
- CIDADE, R. E.; FREITAS, P. S. Educação Física e Inclusão: Considerações para a Prática Pedagógica na Escola. *Integração*, Campinas, v. 14, Edição Especial-Educação Física Adaptada, p. 20–30, 2002.
- MARCHIORI, G. S. Aspectos da Inclusão das Pessoas com deficiência e o Jiu-jitsu Brasileiro: uma proposta de formação continuada. Dissertação de Mestrado—Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2020.